

## ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DAS CONTRARREFORMAS E DO AJUSTE FISCAL

Leiriane de Araújo Silva<sup>1</sup>

A conjuntura brasileira exige reflexão, em especial no contexto de instabilidade e insegurança presente nas propostas de ajuste fiscal. Com uma agenda ultraneoliberal, conservadora e de antidireitos, na busca pelo aumento da rentabilidade do capital, o golpista Temer e sua base governista apresentam um conjunto de contrarreformas para o Estado brasileiro investindo contra os direitos civis, políticos, trabalhistas e sociais, atingindo as políticas de seguridade e proteção social. Nesse cenário de destituição e desmonte de políticas sociais, tem-se no campo da assistência social uma acirrada disputa entre o ressurgimento de ações assistencialistas e o direito à assistência social, perpassadas por manifestações de ódio e violência em que a intolerância e a discriminação com classes, extratos, grupos e indivíduos pobres marcam presença.

Esse contexto desafia usuários, militantes, gestores, profissionais, acadêmicos, entidades socioassistenciais e pesquisadores a pensar: o que foi construído ao longo de 12 anos de estruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas)? Qual o lugar edificado nesse tempo presente para a assistência social enquanto política protetiva que visa afiançar seguranças de acolhida, renda e convivência? Essas perguntas se tornam ainda mais latentes neste ano de Conferências de Assistência Social.

O projeto ponte para o retrocesso expõe a intenção do Governo Temer com a agenda de subtração de direitos da classe-que-vive-do-trabalho, privilegiando a agenda do capital rentista. Nesse cenário, como abordar a garantia dos direitos socioassistenciais em um contexto de ataque ao conjunto dos direitos sociais? Eis

a grande questão! Para isso é preciso, primeiro, entender o que foi possível construir nesses 12 anos de estruturação do SUAS no Brasil para então celebrar nossas conquistas e, ao mesmo tempo, reunir forças para a luta e resistência tão necessárias em tempos de violações à dignidade da pessoa humana.

É clara a intenção deste atual governo em colocar milhões de brasileiros na condição de empobrecimento via contrarreformas trabalhistas e previdenciárias e assim aprofundar, ainda mais, as desigualdades. Desta forma, é necessário reafirmamos, nessas conferências, nossas bandeiras de luta no campo da assistência social e na defesa de um SUAS público, universal, federativo e republicano em acordo com as deliberações amplamente debatidas e dialogadas entre usuários, trabalhadores/as, entidades socioassistenciais, gestores, pesquisadores.

Por isso, AVANTE SUAS na ampliação da cobertura das ofertas da política de assistência social para garantir seu caráter universal e as provisões socioassistenciais necessárias à integralidade da proteção; na garantia de profissionalização na política de assistência social nas diferentes esferas de governo, por meio de estratégias de apoio aos entes para a realização de concursos públicos, ampliação das equipes de referência, estruturação e qualificação das condições de trabalho no SUAS e valorização dos profissionais; na implementação de Plano de Cargo, Carreira e Salário (PCCS) no âmbito do SUAS; na implantação e implementação da NOB/RH/ SUAS nos municípios e estado; na efetivação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS); na instituição das mesas

<sup>1</sup> Presidenta do Conselho Regional de Serviço Social 3ª Região/CE, mestre em Política Pública e Sociedade, professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza - Fаметro. Assistente Social da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú (CE). Email: leirianevn@hotmail.com.

de negociação para a defesa e regulação das condições e relações de trabalho para todos aqueles que compõem o trabalho no SUAS.

AVANTE SUAS também na luta pelo cofinanciamento nas três esferas de governo, mediante vinculação de recursos da Seguridade Social para a Assistência Social, conforme deliberado na V Conferência Nacional; no fortalecimento dos Conselhos e Fóruns de Assistência Social; na articulação com a Frente Cearense em Defesa da Seguridade Social; no posicionamento em defesa do Benefício de Prestação Continuada (BPC), contra as medidas em tramitação no governo Federal que prevêm regressão de direitos; na ampliação e defesa do Programa Bolsa Família contra cortes e redução do benefício; no avanço na articulação entre serviços e benefícios; no fomento a criação das Leis Municipais do SUAS e na integralidade e intersectorialidade das proteções.

Reafirmar nossas bandeiras de luta no cenário de ajuste fiscal não constitui tarefa fácil. A Emenda Constitucional nº 95 (congelamento dos gastos públicos) e a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 287/2016 (contrarreforma da Previdência) desconstruem as bases do modelo de proteção social não-contributiva e limita ainda mais a construção de um modelo de desenvolvimento com distribuição de renda com impactos diretos no Programa Bolsa Família, no Benefício de Prestação Continuada, nos serviços socioassistenciais e, conseqüentemente, em todas as instâncias do SUAS.

Temos a nosso favor a carta Constitucional de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que edificou um novo arcabouço legal e institucional, materializada na Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004) e na Norma Operacional Básica (NOB SUAS 2012). No contexto de ajuste fiscal, a Política de Assistência Social tende a ser uma das mais afetadas entre as políticas da seguridade social principalmente por não se encontrar consolidada como direito. Portanto, discutir a assistência social e suas possibilidades como política de direito é fazer um contraponto aos ajustes fiscais expressos na conjuntura atual.

Quando o Estado se afasta da provisão de

direitos sociais, abre-se as possibilidades para o mercado ou ressurgimento de procedimentos de ajuda mútua, guiada por uma solidariedade controversa que nega o direito e o reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas. É

urgente que a sociedade reconheça os direitos dos usuários do SUAS, incluindo-os como sujeitos políticos nas agendas coletivas de luta pela defesa dos direitos sociais e das conquistas democráticas. Por isso, faz-se necessário criar parâmetros públicos que balizem o debate sobre o justo e o injusto, para assim lançar novos olhares sobre a Política de Assistência Social e o SUAS na perspectiva do direito, como mediação estratégica no enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, assim como

na melhoria de condições de vida da população e na efetivação de uma cidadania inclusiva.

Por isso o Cress Ceará, por meio da gestão “Nossa voz na rua vem para lutar”, chama todos/as os/as trabalhadores/as assistentes sociais a unirem forças para politizar as conferências. Esse é o espaço de construção e debate coletivo, utilizando das estratégias que dispomos:

VOZ para denunciar

RUA para reivindicar

LUTA por POR NENHUM DIREITO A MENOS!

### **Gestão “Nossa voz na rua vem para lutar” Triênio 2017-2020**

**Presidenta** - Leiriane de Araújo

**Vice-presidenta** - Cristina Nobre

#### **Conselheiros/as**

Jana Alencar

Wanessa Beleza

Cynthia Studart

Elizio Loiola

Evania Severiano

Márcia Lustosa

Raymundo Paiva

Crizeuda Freire

Daniele Lima

Hayeska Costa

Salyanna Silva

Valney Rocha

Sheila Maria Gonçalves

Leidiana Pinto

Maria Keille Pinheiro

Marcos Bueno

#### **Conselho Regional de Serviço Social 3ª Região/CE**

Rua Waldery Uchôa, 90 - Benfica - Fortaleza/CE

Contatos: 85 3283.7139 | 99985.0969

[www.cress-ce.org.br](http://www.cress-ce.org.br)

[facebook.com/cresceara](https://facebook.com/cresceara)

